

CENTRAIS FÓLICAS TINGUI S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(472)	(153)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado		(14.362)	-
Outras despesas		(203)	-
Total	7	<u>(15.037)</u>	<u>(153)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		<u>(15.037)</u>	<u>(153)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		-	1
Despesas financeiras		<u>(2.229)</u>	<u>(1.320)</u>
Total	8	<u>(2.229)</u>	<u>(1.319)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
		<u>(17.266)</u>	<u>(1.472)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)	6.3	(1,16)	(14.720)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gina Abreu
Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

CENTRAIS EÓLICAS TINGUI S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(17.266)	(1.472)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(17.266)	(1.472)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gina Abreu
Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		-	(225)	8.409	8.184
Prejuízo do exercício		-	(1.472)	-	(1.472)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6	-	(1.697)	8.409	6.712
Aumento de capital	6.2	14.880	-	(8.409)	6.471
Prejuízo do exercício		-	(17.266)	-	(17.266)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6	14.880	(18.963)	-	(4.083)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gina Abreu
Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(17.266)	(1.472)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Valor residual do ativo imobilizado baixado	207	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(1)	(7)
Outros créditos	1	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.143	-
Impostos a recolher	(47)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.601)	(1.480)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(339)	(3.419)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(339)	(3.419)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.940	4.884
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.940	4.884
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	-
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	(15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gina Ahou
Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-0-BA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Tingui S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. ("Renova Energia"), e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III, do Grupo Renova, que representa as companhias sob controle direto ou indireto da Renova Energia. A Companhia foi constituída em 15 de maio de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente parque eólico, localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se em fase pré-operacional.

Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – controlada direta da Renova Energia. Segundo Portaria nº 5082 da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o período de autorização da Companhia é de 30 anos a partir de 26 de março de 2015. A capacidade de produção instalada do parque eólico "Tingui" é de 18,90 MW

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$17.266 (2016, R\$1.472), possui prejuízos acumulados de R\$18.963 (2016, R\$1.697), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$3.623 (2016, R\$10.778) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos para construção do parque eólico.

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção do parque e ii) durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para impairment de ativo imobilizado em curso, no montante de R\$14.362 (nota 3).

Para reverter esse cenário, durante o exercício de 2017, a Renova Energia executou diversas ações, dentre elas a captação de recursos para pagamento de fornecedor via venda de determinados ativos e está elaborando um Novo Plano de Reestruturação visando equacionar a estrutura de capital e honrar os compromissos da Renova Energia e suas controladas, o que inclui a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2018.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o caixa e equivalentes está classificado nesta categoria.

b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2017: Transações com partes relacionadas (nota 5).

c) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O principal passivo financeiro da Companhia é: Fornecedores (nota 4).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no

encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2017.

a) Em vigor a partir de janeiro de 2017:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 32 – Impostos sobre receitas	Esclarece o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.
Alterações ao CPC 03 – Fluxo de Caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.
Alterações ao CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades	Ciclos de melhorias anuais 2015 – 2

A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
CPC 48 – Instrumentos financeiros	inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge.
CPC 47 – Receita de contratos com clientes	estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia avaliou e entende que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, nem no reconhecimento das receitas exigidas pelo CPC 47.

c) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) foi emitido em janeiro de 2016, e estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Embora ainda esteja avaliando, a Companhia entende que essa alteração poderá trazer impacto significativo nas suas operações, uma vez que possui contrato de arrendamento referente ao terreno onde está sendo instalado o parque eólico.

3. IMOBILIZADO

	Saldo em			Saldo em			Saldo em	
	31/12/2015	Adições	Reclassificações entre rubricas*	31/12/2016	Adições	Reclassificações entre rubricas*	Baixas	31/12/2017
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos	315	-	-	315	-	-	-	315
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.065	3.294	-	5.359	90	(1.166)	-	4.283
Torres de medição	6	-	-	6	-	-	-	6
A ratear	1.029	451	-	1.480	1.282	-	-	2.762
Aerogeradores	560	276	-	836	177	(3)	(207)	803
Equipamentos de subestação	3.952	6.018	-	9.970	-	(258)	-	9.712
Adiantamentos a fornecedores	5.186	-	(1.191)	3.995	-	(3.995)	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	-	-	(14.362)	-	-	(14.362)
Total do imobilizado	13.113	10.039	(1.191)	21.961	(12.813)	(5.422)	(207)	3.519

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a obras civis, subestações e gastos diversos com a construção do parque.

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$14.362 registrada no resultado do exercício. A perda relacionada a esse ativo foi calculada substancialmente com base nas premissas financeiras e comerciais presentes na transação de venda que estava sendo negociada com a Brookfield (nota 13).

4. FORNECEDORES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	3.541	10.300
Não circulante	2.480	-
Total	6.021	10.300

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 referem-se, principalmente, a valores a pagar a fornecedores de equipamentos e materiais para a construção do parque eólico. Inclui também negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante, conforme cronograma definido em contrato, bem como encargos financeiros quando aplicável.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	31/12/2017		31/12/2016	
	Passivo		Resultado	
Ratêio de despesa ^(a)	64	413	(217)	(413)
Renova Energia S.A.				
Adiantamento para futuro aumento de capital ^(b)	1.499	4.471	-	-
Renova Energia S.A.				
Total	1.563	4.884	(217)	(413)

a) Ratêio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - refere-se ao recurso aportado pela Renova Energia, sem custo financeiro, o qual foi integralizado ao capital social em 30 de abril de 2018.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$14.880 (2016, R\$100 (Cem reais)) e está dividido em 14.879.944 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

6.2. Aumento de capital

Em 8 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital na Companhia no valor de R\$14.880, mediante a emissão de 14.879.844 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

6.3. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básicos por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(17.266)	(1.472)
Prejuízo por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	14.880	0,1
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(1,16)</u>	<u>(14.720)</u>

7. DESPESAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	214	27
Impostos e taxas	171	11
Outras	87	115
	<u>472</u>	<u>153</u>
<u>Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 3)</u>	14.362	-
<u>Outras (receitas) despesas</u>		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	223	-
Outras receitas	(20)	-
	<u>203</u>	<u>-</u>
Total	<u>15.037</u>	<u>153</u>

8. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	-	1
Despesas financeiras		
Juros	(2.224)	(1.320)
Despesas bancárias	(5)	-
Total do resultado	<u>(2.229)</u>	<u>(1.319)</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados tributos diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(2.630)	(881)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(881)</u>	<u>-</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(3.511)</u>	<u>(881)</u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

Valor justo		Valor Contábil	
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
3.541	10.300	3.541	10.300
64	413	64	413
2.480	-	2.480	-
1.499	4.471	1.499	4.471

b) Categorias de instrumentos financeiros

Passivos financeiros		Fornecedores		Partes relacionadas		Circulante	
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
3.541	10.300	3.541	10.300	64	413	10.300	413
64	413	64	413	-	-	-	-
2.480	-	2.480	-	1.499	4.471	-	-
1.499	4.471	1.499	4.471	-	-	-	-

c) Risco de Mercado

Passivos Financeiros		Fornecedores		Partes relacionadas		Circulante	
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
3.541	10.300	3.541	10.300	64	413	10.300	413
64	413	64	413	-	-	-	-
2.480	-	2.480	-	1.499	4.471	-	-
1.499	4.471	1.499	4.471	-	-	-	-

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo. A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação conforme apresentado na nota 1.

11. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (ACL)	R\$ 1.620.000	15/02/2017	31/01/2020

12. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Integralização de capital com ativo imobilizado pago pela sua controladora	1.210	-
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	5.261	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	-	5.429

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Negociação de venda da Companhia

Em 27 de fevereiro de 2018, a acionista controladora indireta Renova Energia aceitou a proposta vinculante da Brookfield Energia Renovável ("Brookfield") para compra do Complexo Eólico Alto Sertão III do qual a Companhia é parte integrante, no valor de R\$650.000, cujo período de exclusividade encerrou em 28 de abril de 2018 e, conforme Fato Relevante publicado em 10 de maio de 2018, as negociações com a Brookfield foram encerradas sem que as partes envolvidas chegassem a um acordo.

Adicionalmente, neste mesmo comunicado a Renova Energia esclareceu que está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um Novo Plano de Reestruturação visando equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos.

Conforme divulgado no fato relevante de 17 de julho de 2018, a Companhia recebeu propostas não vinculantes para aquisição desse projeto de outros investidores, que estão em processo de *due diligence*.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA